

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA  
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

**VERÔNICA BRITO FERRAZ GOMINHO**

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL:**  
perspectivas de professores de uma escola pública de Ensino Fundamental da rede municipal  
de João Pessoa-PB

João Pessoa-PB  
2018

**VERÔNICA BRITO FERRAZ GOMINHO**

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL:** perspectivas  
de professores de uma escola pública de Ensino Fundamental da rede municipal de João Pessoa-  
PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em  
Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro  
de Educação da Universidade Federal da Paraíba,  
como requisito institucional para obtenção do  
título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador(a): Profa. Dra. Elzanir dos Santos

João Pessoa-PB  
2018

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

G633p Gominho, Verônica Brito Ferraz.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A DIVERSIDADE ÉTNICO-  
RACIAL:

perspectivas de professores de uma escola pública  
de Ensino Fundamental da rede municipal de João  
Pessoa-PB

/ Verônica Brito Ferraz Gominho. - João Pessoa, 2018.  
44 f.

Orientação: Elzanir dos  
Santos. Monografia (Graduação)

-

UFPB/CE.

1. Política Educacional. Diversidade Étnico-  
Racial. 2. Formação Docente. Práticas Pedagógicas.  
I. Santos, Elzanir dos. II. Título.

UFPB/BC

**VERÔNICA BRITO FERRAZ GOMINHO**

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL:**  
perspectivas de professores de uma escola pública de Ensino Fundamental da rede municipal  
de João Pessoa-PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
à Coordenação do Curso de Licenciatura  
Plena em Pedagogia na Modalidade a  
Distância, do Centro de Educação da  
Universidade Federal da Paraíba, como  
requisito institucional para obtenção do título  
de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em 19 de junho de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Profa. Dra. Elzanir dos Santos  
Orientadora (UFPB/DME/CE)

---

Profa. Dra. Alba Cleide Calado Wanderley  
Examinadora (UFPB/DFED/CE)

---

Profa. Ma. Sawana Araújo Lopes  
Examinadora (UFPB/CE)

João Pessoa - PB  
2018

Dedico este trabalho a todas as vozes  
historicamente silenciadas.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me concedido saúde e força para superar todos os obstáculos.

À minha querida e amada filha, Jéssica Brito, pelo seu caráter, por sua dedicação aos estudos, pelo incentivo e amor incondicional.

Ao meu marido, Érick Gominho, por acreditar nos meus sonhos e apoiar as minhas escolhas com amor e dedicação.

Aos meus pais, Jurandir Brito e Elizete Brito, pelo acesso aos primeiros livros, por todo amor e carinho.

À Universidade Federal da Paraíba, pela oferta do curso de Pedagogia.

À minha orientadora, Elzanir Santos, por sua dedicação profissional, por acreditar na minha capacidade, por confiar na minha pesquisa, pelos esclarecimentos, paciência e carinho na condução deste trabalho.

Aos professores, pelos conhecimentos transmitidos ao longo do curso e por acreditar na educação pública.

Aos colegas de curso por dividir suas expectativas e conquistas.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.” (Paulo Freire)

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central analisar concepções e práticas de professores, no campo da diversidade étnico-racial, de uma escola pública da rede municipal de João Pessoa/PB, delimitando como objetivos específicos: identificar conceitos e práticas dos professores acerca da discriminação e preconceito étnico-racial; mapear a formação dos professores para atuar com a temática e caracterizar concepções de docentes acerca do que consideram importante para a melhoria do trabalho com a temática para as relações étnico-raciais na escola. A pesquisa encontrou aporte teórico nos seguintes autores: Munanga (2003), Gomes (2002), Lima e Vala (2004), Lopes (2005), Silva (2005), Fernandes (2008) e Chagas (2017); além disso, baseou-se na Lei 10.639/2003, Lei nº 9.394/1996, Resolução CNE/CP Nº 1/ 2004, Resolução CNE/CEB Nº 7 /2010, e na Lei Nº 12.288/ 2010. Desenvolveu-se por meio da abordagem qualitativa, com entrevista semiestruturada. O resultado da análise aponta que os professores dominam alguns conceitos centrais, relatam que os conhecimentos adquiridos no campo se deram em função de suas buscas pessoais, e enunciam como aspecto importante que os livros didáticos abordem a temática. Conclui-se, portanto, que é de extrema importância que a escola promova debates não só com o corpo discente, mas igualmente, com o corpo docente acerca da temática.

**Palavras-chave:** Política Educacional. Diversidade Étnico-Racial. Formação Docente. Práticas Pedagógicas.



## **ABSTRACT**

This work aims to analyze the conceptions and practices of teachers, in the field of ethnic-racial diversity, of a public school of the municipal network of João Pessoa/PB, delimiting as specific objectives: defining as specific objectives: to identify concepts and practices of teachers about discrimination and ethnic-racial prejudice; to map the training of teachers to act on the theme and to characterize teachers' conceptions about what they consider important for the improvement of the work with the theme for ethnic-racial relations in school. The research found a theoretical contribution in the following authors: Munanga (2003), Gomes (2002), Lima and Vala (2004), Lopes (2005), Silva (2005), Fernandes (2008) and Chagas (2017); in addition, it was based on Law 10.639/2003, Law N° 9.394/1996, Resolution CNE/CP N° 1/2004, Resolution CNE/CEB N° 7/2010, and Law N° 12.288/2010. It was developed through a qualitative approach, with semi-structured interviews. The result of the analysis shows that the teachers dominate some central concepts, they report that the knowledge acquired in the field was given in function of their personal searches, and they state as an important aspect that the textbooks approach the theme. It is concluded, therefore, that it is extremely important that the school promote debates not only with the student body, but also with the teaching staff about the subject matter.

**Keywords:** Educational Politics. Ethnic-Racial Diversity. Teacher Training. Pedagogical Practices.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NO ENSINO FUNDAMENTAL.....</b>	<b>15</b>
2.1.CONCEITOS E AMPARO LEGAL PARA O ENSINO DAS DIVERSIDADES ÉTNICO-RACIAIS.....	15
2.2. CONCEPÇÕES DE PROFESSORES ACERCA DO ENSINO PARA A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL.....	21
2.3.PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL.....	23
<b>3. O ENSINO PARA A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL DE PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA REDE MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA-PB .....</b>	<b>26</b>
3.1.FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES E SUAS CONCEPÇÕES ACERCA DA TEMÁTICA DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL.....	26
3.2. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES PARA A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL.....	31
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>44</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O tema deste estudo é “Práticas Pedagógicas para a Diversidade Étnico-racial,” e parte da seguinte pergunta: Quais são as concepções e práticas de professores, no campo da diversidade étnico-racial, no Ensino Fundamental de uma escola pública da rede municipal de João Pessoa/PB?

O interesse pela diversidade étnico-racial teve início durante a minha regência em sala de aula, no estágio não obrigatório do curso de Letras, que foi realizado no ensino fundamental de uma escola municipal de Recife/PE, quando presenciei situações de manifestações de preconceito racial no momento em que a mídia não evidenciava com frequência os casos de racismo e intolerância religiosa. Esta experiência que fortaleceu o meu desejo em cursar Pedagogia, nesse momento, tive a certeza de que poderia contribuir de forma significativa no processo de aprendizagem dos meus alunos.

Após concluir minha graduação em Letras, no ano de 2016, desenvolvi o trabalho de conclusão da Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça que teve como tema: “Educação para Igualdade e Cidadania: Relações Étnico-raciais e Prática Docente”. A pesquisa analisou as relações étnico-raciais e ações pedagógicas de atividades, com mostra de vídeos de danças populares brasileira de uma escola municipal de João Pessoa-PB, enfocando a importância da implementação da Lei 10.639/03 no currículo escolar da Educação Básica. Dessa forma, verifiquei que casos de racismo ocorriam com frequência na escola e que a implementação da Lei 10.639/03 não alcançou o objetivo esperado.

No decorrer do estágio supervisionado do magistério no ensino fundamental II do curso de Pedagogia, ainda no ano de 2016, foi possível observar a prática pedagógica para a diversidade étnico-racial e os seus desdobramentos. O plano de ação do estágio foi executado na semana da Consciência Negra, com discentes de uma classe de alfabetização por meio da sequência didática sobre a obra “Menina Bonita do Laço de Fita<sup>1</sup>”. Assistimos a um vídeo sobre a obra, realizamos a leitura do texto, exercícios e um debate sobre as diferenças raciais com as seguintes perguntas: Qual a cor da pele da menina bonita? Qual é a cor da sua pele? Os alunos foram unânimes e responderam que era a cor “rosa claro”, mostrei que a classe era composta de vários tons de pele e expliquei que não existe um padrão e que fazemos parte de uma mistura de cores (miscigenação) para facilitar o entendimento. Ao discorrermos sobre a temática em questão observei a necessidade e urgência de debates acerca da pluralidade racial brasileira.

---

<sup>1</sup> MACHADO, Ana Maria. **Menina Bonita do Laço de Fita**. 7. ed./11. impr. São Paulo: Ática, 2004.

Em virtude do contexto apresentado, bem como de situações vivenciadas em meu contexto familiar, e dos inúmeros casos de racismo noticiados nas mídias, surgiu a motivação para compreender como docentes lidam com a questão. Desse modo, o presente estudo teve como objetivo geral: analisar as concepções e práticas de professores, no campo da diversidade étnico-racial, de uma escola pública da rede municipal de João Pessoa/PB. E, como objetivos específicos: identificar os conceitos e práticas dos professores acerca da discriminação e preconceito étnico-racial; mapear a formação dos professores para atuar com a temática; e, caracterizar o que os docentes consideram importante para a melhoria do trabalho com as temáticas para as relações étnico-raciais na escola.

A partir desse entendimento, a proposta desta pesquisa encontra justificativa por sua relevância pedagógica, política e social nas discussões para a diversidade das relações étnico-raciais no âmbito educacional, e, ademais, ampliar pesquisas no campo da política educacional para a diversidade das relações étnico-raciais, com o propósito de contribuir para a melhoria destas relações na escola. Para tanto, a perspectiva desta pesquisa é conhecer práticas de ensino exitosas de professores do Ensino Fundamental II, levando em consideração as dificuldades existentes na profissão docente.

O texto está dividido em dois capítulos, sendo o primeiro acerca da importância do ensino da história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental, conceitos e legislação sobre as questões raciais, concepções dos professores acerca do tema e práticas pedagógicas para a diversidade étnico-racial; e, o segundo, tratando do ensino para a diversidade, formação dos professores e as práticas pedagógicas, trazendo a pesquisa de campo e o resultado da mesma.

Diante dos objetivos apresentados, definimos a pesquisa qualitativa para uma melhor análise dos resultados. Para Minayo (2002, p.21-22),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ele trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Nessa linha de pensamento, a pesquisa proposta descreveu e analisou por meio da pesquisa exploratória, as concepções e práticas de professores no campo da diversidade étnico-racial. Segundo Cervo e Silva, (2006) “a pesquisa exploratória estabelece critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa e visa oferecer informações sobre o objeto desta e orientar a formulação de hipóteses”.

Nessa perspectiva, os sujeitos participantes desta pesquisa são: uma professora de Educação Física, um professor de História e uma professora de Língua Portuguesa, que atuam no ensino fundamental de uma escola municipal<sup>2</sup> situada no bairro de Mangabeira IV em João Pessoa/PB. A escolha da professora de Educação Física ocorreu por se tratar de uma mulher que se autodeclara negra, com dezesseis anos de experiência na área de educação da rede privada e como prestadora de serviço, e nove anos concursada da rede municipal de João Pessoa, a qual observei e entrevistei durante a realização do Estágio Curricular, coletando dados acerca da temática objeto deste estudo. O professor de História, que se autodeclara mestiço, lecionou por quatro anos na rede privada e está há quatorze anos como professor da rede pública, a professora de Língua Portuguesa, que se autodeclara branca, tem dezoito anos de docência, atuou por quatro anos na rede privada, trabalhou dez anos e seis meses na rede municipal de Cabedelo, e na rede municipal de João Pessoa atua há nove anos. O professor de História e a professora de Língua Portuguesa, foram indicados pela professora de Educação Física, por trabalharem de forma interdisciplinar com projetos que abordam o tema da diversidade das relações étnico-raciais.

Ressalta-se, aqui, que as identidades dos participantes foram mantidas em sigilo por questões de natureza ética, por esse motivo, foram chamados de “Maria”, “Pedro” e “Rita”<sup>3</sup>.

A coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada, composta de onze perguntas que foram previamente gravadas com a autorização dos participantes, depois transcritas e, por fim, analisadas. O tempo de duração de cada entrevista foi de 20 minutos, a professora de Educação Física foi entrevistada na quadra poliesportiva, e o professor de História e a professora de Língua Portuguesa foram entrevistados na sala dos professores. Sobre os procedimentos de coleta de dados Minayo (2002, p. 57) argumenta,

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa desprestenciosa e neutra, uma vez, que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos autores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.

---

<sup>2</sup> De acordo com o censo escolar do ano de 2017, a escola é composta por 83 funcionários, 214 alunos nos anos iniciais (1ª ao 4º ano), 496 alunos nos anos finais (5º ao 9º ano), 303 alunos na Educação de Jovens e Adultos, e com 53 alunos da Educação Especial. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/> Acesso em: 20 de jun. de 2018.

<sup>3</sup> Conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), as identidades dos sujeitos participantes da pesquisa foram mantidas em sigilo, aos quais foram atribuídos os seguintes nomes fictícios: Maria para a professora de Educação Física, Pedro para o professor de História e Rita para a professora de Língua Portuguesa.

É preciso destacar que, a coleta de dados foi fidedigna a fala dos sujeitos participantes desta pesquisa, com o propósito de manter suas reflexões, seus conceitos e posicionamentos diante da temática. É uma experiência de grande valia, por aproximar a pesquisa da realidade apresentada. Partindo desta premissa, podem-se obter dados relevantes para a análise do estudo, com enfoque em práticas pedagógicas exitosas no campo da diversidade étnico-racial.

## **2. A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NO ENSINO FUNDAMENTAL**

No Brasil predominam conceitos e aspectos eurocêntricos, por outro lado, verificam-se autores que lutaram contra esta linha pensamento, como o autor Abdias do Nascimento.

O autor demonstrou o seu posicionamento político reforçando a importância da afrocentricidade e da identidade politicamente construída, a sua luta foi pautada pela implementação de políticas públicas em raça.

Com as contribuições deste autor, é possível refletir acerca de políticas públicas para a diversidade étnico-racial, para tanto, este estudo ressalta a importância da Lei 10.639/03 que torna obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica.

### **2.1. CONCEITOS E AMPARO LEGAL PARA O ENSINO DAS DIVERSIDADES ÉTNICO-RACIAIS**

Apesar da disseminação de informações sobre o racismo no Brasil e das conquistas do movimento negro e de especialistas na área da diversidade étnico-racial, fica evidente que ainda existe muito a ser feito para que possamos combater esta prática discriminatória. Para avançarmos no debate é preciso compreender os conceitos de raça, etnia, racismo, preconceito racial e discriminação racial.

Portanto, define Munanga (2003, p. 12),

O conteúdo da raça é morfo-biológico e o da etnia é sócio-cultural, histórico e psicológico. Um conjunto populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela”, pode conter em seu seio diversas etnias. Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território.

Por essas concepções entende-se que etnia corresponde aos aspectos socioculturais como, por exemplo, nacionalidade, linguagem e cultura local. O conceito de raça diz respeito às características fenotípicas de um indivíduo, ou seja, a cor da pele, a cor dos olhos e a cor do cabelo. Apesar de existirem diferenças quanto às características físicas, não existem subcategorias ou subespécies de raças, não existe raça superior ou inferior. A diversidade

étnico-racial existente no Brasil é fruto da miscigenação entre os povos africanos, indígenas e europeus, não podemos esquecer que os povos africanos e indígenas foram escravizados pelos colonizadores. Os indígenas foram forçados a serem educados para viver como cristãos, por serem considerados povos sem alma. Dessa maneira, verifica-se a importância de ampliar o debate acerca da questão racial. É nesse sentido que Lima e Vala (2004, p. 402) afirmam:

O racismo constitui-se num processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a qual é re-significada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento. Por exemplo, a cor da pele sendo negra (marca física externa) pode implicar na percepção do sujeito (indivíduo ou grupo) como preguiçoso, agressivo e alegre (marca cultural interna).

Com base na definição apresentada pelos autores, compreende-se que o preconceito racial e a discriminação racial continuam presentes no nosso cotidiano por meio de manifestações de ódio e intolerância. Esse comportamento não surgiu por acaso, durante muito tempo os negros e os indígenas foram vistos como rebeldes, ignorantes e preguiçosos, pelo fato de não possuírem os hábitos e os costumes dos povos europeus. Portanto, Lopes (2005, p. 188) ressalta:

O Programa Nacional de Direitos Humanos considera o preconceito como atitude, fenômeno intergrupar, dirigido a pessoas ou grupos de pessoas; é predisposição negativa contra alguém; algo sempre ruim: predisposição negativa, hostil, frente a outro ser humano; desvalorização do outro como pessoa, considerado indigno de convivência no mesmo espaço, excluído moralmente.

Seguindo essa compreensão, observa-se que os atos discriminatórios também estão presentes no ambiente escolar, os alunos reproduzem hábitos e costumes que vivenciam tanto no seio familiar quanto no seu convívio social. Esse pensamento anacrônico revela o racismo existente na conjuntura social brasileira, no qual requer o comprometimento de todos os educadores para que estes conceitos sejam desmistificados. Para Lopes (2005, p. 188-189):

A discriminação supervaloriza determinadas culturas, dá ao dominador a idéia de que é o melhor e desenvolve no discriminado o sentimento de menos-valia. Permite que a sociedade seja considerada sob duas óticas distintas e divergentes: a do discriminador, que manda e se considera o mais



capaz, o mais culto, o dono do mundo e das pessoas, que sempre estabelece as regras do jogo que lhe interessa, que mantém sua auto-estima em alta às custas do outrem; a do discriminado, que fica à mercê das decisões do discriminador, o qual tenta organizar a vida do grupo social em função de seus interesses e privilégios; que tem de lutar bravamente para elevar sua auto-estima, que tem de construir sua identidade a duras penas.

Em contrapartida, nota-se que ainda permeia no imaginário coletivo “o mito da democracia racial”, ou seja, a ideia de que o racismo não existe ou é uma questão superada. Ainda é comum encontrar quem pense que o preconceito racial e a discriminação racial são discussões desnecessárias, essa ideia é um problema que acontece em decorrência do equívoco que é o “mito da democracia racial”. Segundo Fernandes (2008, p.320),

O mito da “democracia racial” animaria o “homem de cor” a tomar o seu lugar na sociedade de classes, e, provavelmente, concorreria para estimular as camadas “baixas” “intermediárias” e “altas” da “raça dominante” a cooperarem de um modo ou de outro nesse processo. Dentro dos limites que aconteceu historicamente, ele preencheu funções sociais que atendem a funções sociais que são o oposto disso.

Esclarecidos os conceitos de raça, etnia, racismo, preconceito racial e discriminação racial, nota-se que o preconceito racial e a discriminação racial são práticas comuns em nossa sociedade e que necessitam de ações de conscientização. Com base nos conceitos apresentados, Munanga (2003, p.11) complementa, “no Brasil o mito de democracia racial bloqueou durante muitos anos o debate nacional sobre as políticas de “ação afirmativa” [...] atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro”.

Considerando o exposto, entende-se que os obstáculos existentes na implantação das políticas para as relações étnico-raciais incidem diretamente na construção da identidade dos sujeitos, os quais dificultam o trabalho para as “relações étnico-sociais positivas”<sup>4</sup>.

Por estes aspectos, evidencia-se a importância da formação continuada de professores para as diversidades étnico-raciais, estes cursos trazem grandes contribuições para professores que necessitam ampliar seus conhecimentos.

---

<sup>4</sup> Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.

No que tange esta discussão, a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Base da Educação Nacional, assegura,

“Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim; IV – profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36; e 42 Lei de diretrizes e bases da educação nacional V – profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação. Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades (BRASIL. 1996, p. 41-42).

A importância dos cursos de formação continuada, descrito acima, destaca-se por sua relevância no combate ao preconceito racial e a discriminação racial. Nesse contexto, com base na Resolução CNE/CEB N°4/2010<sup>5</sup> as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, orientam que;

Art. 58. A formação inicial, nos cursos de licenciatura, não esgota o desenvolvimento dos conhecimentos, saberes e habilidades referidas, razão pela qual um programa de formação continuada dos profissionais da educação será contemplado no projeto político pedagógico. Art. 59. Os sistemas educativos devem instituir orientações para que o projeto de formação dos profissionais preveja: a) a consolidação da identidade dos profissionais da educação, nas suas relações com a escola e com o estudante; b) a criação de incentivos para o resgate da imagem social do professor, assim com o da autonomia docente tanto individual como coletiva; c) a definição de indicadores de qualidade social da educação escolar, a fim de

<sup>5</sup> Resolução CNE/CEB 4/2010. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824.

que as agências formadoras de profissionais da educação revejam os projetos dos cursos de formação inicial e continuada de docentes, de modo que correspondam às exigências de um projeto de Nação. (BRASIL, 2010, p. 17).

Entretanto, entende-se que pensar em formação continuada para as diversidades étnico-raciais pressupõe pensar em política educacional para este campo de estudo. Desse modo, com vistas a garantir o ensino para as relações étnico-raciais, foi sancionada a Lei 10.639/03<sup>6</sup>, que é uma ação afirmativa e versa sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, com a perspectiva de corrigir as desigualdades étnico-raciais existentes no sistema educacional brasileiro. Segundo Gomes (2008, p. 79),

A Lei 10.639/03 faz parte das políticas de ação afirmativa. Estas têm como objetivo central a correção de desigualdades, a construção de oportunidades iguais para os grupos sociais e étnico-raciais com um comprovado histórico de exclusão e primam pelo reconhecimento e valorização da história, da cultura e da identidade desses segmentos.

A partir desta conquista, o Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, na qual prevê,

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

De outro modo, em alguns casos, o ensino ofertado não corrobora com o proposto pela Lei 10.639/03 e com os documentos oficiais que norteiam a Educação Básica. O fator principal desta problemática ocorre pelo modelo de educação eurocêntrica, implantado no sistema educacional brasileiro, que permitiu por muitos anos, retratar o povo negro como escravo sem difundir a sua real participação na construção da história e cultura deste país.

---

<sup>6</sup> A lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 passou a incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" a qual altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional".

Portanto, prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos na sua Base Nacional Comum e Parte Diversificada;

Art.15 § 3º A história e as culturas indígena e afro-brasileira, presentes, obrigatoriamente, nos conteúdos desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar e, em especial, no ensino de Arte, Literatura e História do Brasil, assim como a História da África, deverão assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para a constituição da nação (conforme art. 26-A da Lei nº 9.394/96, alterado pela Lei nº 11.645/2008). Sua inclusão possibilita ampliar o leque de referências culturais de toda a população escolar e contribui para a mudança das suas concepções de mundo, transformando os conhecimentos comuns veiculados pelo currículo e contribuindo para a construção de identidades mais plurais e solidárias.

Partindo desse entendimento, verifica-se a necessidade e urgência da inclusão da temática na Educação Básica, a fim de contribuir para que sejam estabelecidas “relações étnico-sociais positivas”. É um trabalho que não pode ser pensado isoladamente, requer a participação do Estado e o engajamento das escolas para que os resultados sejam satisfatórios.

Para Chagas (2017, p. 84),

Os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana podem ser trabalhados em qualquer nível de escolaridade e a partir de diversas abordagens. Geralmente, docentes dos anos iniciais do ensino fundamental I alegam que não trabalham os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana porque seus alunos/as são por demais crianças e ingênuos/as para entender tais conteúdos e não são preconceituosos.

Conforme dito, ao considerar irrelevante a inserção da temática nesse nível de ensino, o professor passa a julgar desnecessária a sua participação em cursos de formação continuada para a diversidade étnico-racial. Nesse sentido, percebe-se a importância dos cursos de formação ofertados pelo município para que a temática seja abordada na Educação Básica. Desse modo, o Decreto Nº 8.752/16 que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, prevê,

Art. 3º São objetivos da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica: VI - promover a formação de profissionais comprometidos com os valores de democracia, com a defesa dos direitos humanos, com a ética, com o respeito ao meio ambiente e com relações étnico-raciais baseadas no respeito mútuo, com vistas à construção de ambiente educativo inclusivo e cooperativo. (BRASIL, 2016).

Além disso, a escola deve estar envolvida com a inclusão da temática da diversidade étnico-racial na perspectiva de que o trabalho seja desenvolvido durante o ano letivo. Portanto, “é importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico, marcadamente, de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira” (BRASIL, 2004, p. 17).

## 2.2. CONCEPÇÕES DE PROFESSORES ACERCA DO ENSINO PARA A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

O grande entrave do trabalho para a diversidade étnico-racial nas escolas são as concepções que alguns docentes têm acerca da temática, existe uma abordagem estereotipada. Tem-se a visão do negro escravo e pouco se discute o protagonismo negro, a sua luta e a sua resistência ao longo da história. Essa concepção de inferioridade prevalece, diante disso, passam a naturalizar as desigualdades raciais na escola abordando a temática apenas no Dia da Consciência Negra. Para Gomes (2001, p. 05),

Dessa maneira, um povo cuja história faz parte da nossa formação cultural, social e histórica passa a ser visto através dos mais variados estereótipos. Ser negro torna-se um estigma. Se passarmos em revista vários currículos do ensino fundamental e médio, veremos que o negro, na maioria das vezes, é apresentado aos alunos e às alunas unicamente como escravo – sem passado, sem história – exercendo somente algumas influências na formação da sociedade brasileira. Numa outra face desse mesmo procedimento, o negro, quando liberto, é apresentado como marginal, desdobrando-se na figura do “malandro”.

Continua a autora esclarecendo que: “o mais sério é que, dada a invisibilidade da questão racial na escola, muitas vezes, os educadores e educadoras, ao adotarem tais práticas, sequer percebem que essas salas são formadas por uma grande parcela de alunos negros e pobres” (GOMES, 2002, p. 41). Pelo exposto, entende-se que o Dia da Consciência Negra não é um dia para comemorações, é um dia de reflexão, de debate, é o momento de culminância dos projetos desenvolvidos durante o ano letivo. Acerca dessa questão, Chagas (2017, p. 84) reforça,

Decerto, o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, na escola da educação básica, não se limita à discussão sobre o preconceito racial. No entanto, mesmo que crianças não tenham uma opinião formada acerca desse fenômeno, podem ou não reproduzirem estereótipos sobre a África, os

africanos, as pessoas negras no Brasil e suas culturas, visto terem acesso à televisão e à internet, meios de comunicação nos quais os estereótipos são constantemente veiculados e reproduzidos.

Diante dos aspectos apresentados pelo autor, observa-se que grande parte dos professores costuma limitar as discussões sobre a história e cultura do povo negro, as concepções apresentadas pelos docentes dificultam o trabalho pedagógico e não dialogam com a realidade apresentada. Ainda de acordo com Chagas (2017, p. 81), “apesar da obrigatoriedade legal de as escolas da educação básica oportunizar o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, esse conteúdo nem sempre se faz presente no cotidiano da sala de aula, mantendo-se ausente do currículo escolar”. Diante do exposto pelo autor, constata-se que é um fato que requer atenção por se tratar de um tema que recebe pouca visibilidade. Ao analisar a relação que a escola estabelece com o ensino da diversidade étnico-racial, nota-se que as relações são limitadas em decorrência dos estereótipos criados. Diante da problemática apresentada, Gomes (2002, p. 40) ressalta,

Quem de nós já não ouviu frases como: “o aluno negro é mais fraco e apresenta mais dificuldades porque vem de um nível socioeconômico baixo”; “o aluno negro e pobre não se alimenta direito e por isso é mais desatento”; “eles vêm de uma família desestruturada”; “basta dar alimentação e emprego que os alunos negros se sairão bem na escola e o negro encontrará um lugar na sociedade...”.

Com os aspectos apresentados pela autora, constata-se que os tratamentos depreciativos com alunos negros nem sempre ocorrem pelas dificuldades de aprendizagem, é uma ideia preconcebida de que o negro é incapaz. A problemática apresentada pela autora sinaliza que professores adotam medidas segregacionistas, com métodos que reforçam o preconceito racial.

Gomes (2002, p. 40-41) confirma as evidências,

Os alunos e as alunas negras, vistos dentro da escola como portadores de “deficiência” ou de “dificuldade de aprendizagem”, fatalmente são rotulados como: “indisciplinados”, “lentos”, “defasados”, “atrasados”. A estratégia, dita pedagógica, mais comum a ser adotada pelas escolas para “solucionar” esse problema tem sido as “salas projetos”, “salas especiais”, “turmas experimentais”.

Por outro lado, aos poucos, os professores têm incorporado à temática em suas práticas pedagógicas. O empenho de educadores em realizar práticas pedagógicas com a temática

diversidade étnico-racial, fortalece as relações com seus pares e com seus alunos. Assim, Gomes (2002, p.43) fundamenta, “pensar a relação entre escola e identidade negra é questionar não só os negros sobre a questão racial, mas também os sujeitos que pertencem a outros segmentos étnicos/raciais com os quais eles convivem”. O cerne da questão não é apenas difundir a temática, é preciso ampliar o debate para que as distorções históricas sejam corrigidas ao longo do tempo. Precisamos re(pensar) as práticas pedagógicas para que seja possível garantir um ensino democrático e plural, a fim de contribuir para uma sociedade justa e igualitária. Partindo deste entendimento, a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Base da Educação Nacional, prevê,

Art. 26- A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BRASIL, 1996, p. 21)

Embora a Lei 9.394/96 destaque que as áreas de educação artística e de literatura e história brasileira devem trabalhar a temática, também esclarece que o tema diversidade étnico-racial deve estar presente em todo o currículo escolar reforçando a importância da Lei 10.639/03.

### 2.3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

O principal desafio para o ensino da diversidade étnico-racial é repensar as práticas de ensino com a temática. Do ponto de vista histórico, a literatura, a dança, a culinária, a música, a religião, entre outros aspectos, sofreram forte influência do povo negro. Evidenciar essas e outras contribuições é dever de todos os educadores brasileiros. Lamentavelmente, existe resistência no cumprimento da lei 10.639/03. Porém, os estudos que analisam a trajetória de professores negros, constataam que existe um histórico de resistência e de luta na construção das suas identidades. À medida que, assumem o seu lugar na sociedade, passam a fortalecer o

debate para a diversidade étnico-racial. Mas, o debate não é exclusivo da população negra, é um debate de todos, negros e brancos. De acordo com Gomes (2008, p.83),

A educação para as relações étnico-raciais que cumpre o seu papel é aquela em que as crianças, os adolescentes, os jovens e os adultos negros e brancos, ao passarem pela escola básica, questionem a si mesmos nos seus próprios preconceitos, tornem-se dispostos a mudar posturas e práticas discriminatórias, reconheçam a beleza e a riqueza das diferenças e compreendam como essas foram transformadas em desigualdades nas relações de poder e de dominação.

Embora aconteçam situações em que o educador recorre ao movimento negro e ao especialista na área, muitos tentam desenvolver seus projetos sobre a diversidade étnico-racial por meio de sua autoformação. O problema apresentado durante as atividades é a forma como a temática é abordada, é preciso atentar se as práticas reforçam o preconceito racial e a discriminação racial ou desmistificam o conceito de inferioridade. Assim, Chagas (2017, p.93) analisou e apresentou os seguintes resultados,

Mesmo que o ponto de partida tenha sido a África, é comum a associação entre esse continente e a formação cultural do Brasil, principalmente a construção da identidade étnico-racial do brasileiro. Todavia, o aspecto cultural é limitado ao universo artístico, e nenhuma referência à tecnologia e à ciência é feita. Assim, quando professores/as pensaram a presença da África na formação cultural do Brasil, foram contempladas as seguintes manifestações: música, dança, culinária e vestimentas. Apenas um projeto abordou a questão da miscigenação e nenhuma menção houve ao aspecto religioso dos africanos.

A análise apresentada pelo autor destaca a importância de atividades que oportunizem o debate em sala de aula, atividades que abordam a miscigenação reforçam a identidade cultural do povo brasileiro. Promover o debate e a reflexão sobre os atos de preconceito e discriminação é conscientizar indivíduos sobre o seu pertencimento racial, é o comprometimento pedagógico e social que firmamos ao nos tornamos educadores.

Outro fator a ser observado é a abordagem que a escola desenvolve acerca dos aspectos que envolvem a religião de matriz africana, ainda existe resistência por parte de professores em trabalhar com a religiosidade africana.



Partindo desse entendimento o Estatuto da Igualdade Racial assegura,

Art. 2º É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais. (BRASIL, 2010, p. 14).

Apesar das dificuldades, existem educadores comprometidos com o ensino da história e cultura afro-brasileira. As exceções mostram que é possível realizar um trabalho de inserção da temática no cotidiano escolar. Alguns fatores favorecem o trabalho docente com a temática, fatores como: pertencimento racial, trajetória de vida, formação acadêmica, formação continuada, entre outros fatores.

Partindo desses pressupostos, é possível constatar experiências positivas em escolas públicas que desenvolvem trabalhos com a temática diversidade étnico-racial. Chagas (2017, p. 92) ressalta um projeto exitoso de uma escola pública da Paraíba, que teve como metodologia: “Oficinas de construção de saberes/artefatos relacionados à história e cultura afro-brasileira: pintura, colares, tranças e tipos de cabelos afros, roda de capoeira”. De acordo com o autor,

A única exceção a essa lista é o Projeto 03 do quadro II, construído por professores/as do ensino fundamental II. Diferente dos demais, este projeto se constituiu numa proposta da escola e nele foram envolvidos dez professores/as das seguintes áreas de conhecimento: História, Geografia, Português, Artes, Educação Física, Ensino Religioso, Inglês além de uma Pedagoga, cada qual na sua respectiva área de conhecimento. Durante o segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2015, foram trabalhados de modo interdisciplinar, os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana. (CHAGAS, 2017, p. 94).

Diante da pesquisa e análise do autor, constata-se que a iniciativa de professores em trabalhar com a temática ressaltando os aspectos da cultura negra e suas contribuições ao longo da história, é de suma importância para que o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tenham resultados positivos.

### **3. O ENSINO PARA A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL DE PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA REDE MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA-PB**

O reconhecimento da diversidade étnico-racial na escola é uma iniciativa importante para que sejam desenvolvidas práticas de ensino com a temática. Desse modo, as atividades propostas em sala de aula requerem o engajamento de professores de todas as áreas do conhecimento. Portanto, é papel do professor realizar o trabalho de inserção da temática da diversidade étnico-racial ressaltando a importância das contribuições do povo negro no processo histórico do país, e, consequentemente, conscientizar indivíduos contra atos de preconceito e discriminação racial.

Assim, os sujeitos participantes da pesquisa foram: uma professora de Educação Física um professor de História e uma professora de Língua Portuguesa.

A seguir, apresento as análises das respostas das entrevistas realizadas com os professores do Ensino Fundamental I, de uma escola pública municipal situada no bairro de mangabeira IV, acerca das concepções e práticas de ensino com a temática diversidade étnico-racial.

#### **3.1. FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES E SUAS CONCEPÇÕES ACERCA DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL**

Para realizar a análise sobre a formação continuada para a diversidade étnico-racial, confirmou-se a necessidade de perguntar sobre a formação acadêmica e o pertencimento racial de cada professor entrevistado. Portanto, a professora de Educação Física que se autodeclara negra, também é formada em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional, com Bacharelado em Biblioteconomia, Especialização em Educação Biocêntrica, Especialização em Educação Popular, Mestrado em Educação Popular, os cursos foram realizados pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, e tem como formação técnica o curso de Edificações.

O professor de História, que se autodeclara mestiço, é graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, com Mestrado em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. No Mestrado pesquisou sobre identidades religiosas. A professora de Língua Portuguesa que se autodeclara branca, é graduada em Letras pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Especialista em Metodologia de Ensino em Língua Portuguesa pela UVA-UNAVIDA, e com Mestrado em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística-PROLING da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Ao serem indagados sobre: quais cursos com a temática negra você participou durante o exercício da profissão? Os professores responderam de forma distinta. Dois professores responderem que participaram e não concluíram o curso de formação continuada com a temática, portanto, os três tiveram experiências diferenciadas, conforme as respostas abaixo:

**Maria:** Eu participei de um curso o ano retrasado, que era uma formação continuada, na escola Antônia... Não lembro. Que tivemos várias formações, tivemos a questão do Quilombo, tivemos as visitas aos indígenas, que às vezes também se apegam muito a questão do negro e não vê a questão do indígena. Então eram 100 horas, não era 70, era dia de sábado, era lá em Paratibe, longe pra dedeu, e foi o que não me fez continuar nele porque ele continua sendo oferecido, mas foi um curso maravilhoso.

**Pedro:** Eu participei do curso de extensão ainda quando eu estava na graduação, sobre as relações étnico-raciais na sala de aula, e eu já fui formador também com professores da rede municipal de Alhandra, onde trabalhei com essa temática também da implementação da Lei das relações étnicorraciais na sala de aula. Eu comecei o curso em Paratibe, pelo município, mas não terminei porque eu tive problemas de saúde com o meu pai e não deu para prosseguir.

**Rita:** Curso mesmo, nenhum, né. A prefeitura que já ofertou especialização com essa temática, mas eu já tava fazendo mestrado e depois que eu voltei eu dei um tempo, né? Até porque no ano que eu tive interesse de fazer não contou como formação continuada da prefeitura, então mesmo quem fez precisou fazer a outra formação continuada. Então, assim, não achei muito proveitoso nesse sentido prático de tempo, né, claro que a formação ela é válida sempre, mas assim como a gente trabalha tem uma carga horária grande a gente tem que realmente escolher o que fazer, não dá pra fazer muito, e eu acabo fazendo realmente na minha área. Só esse ano que teve um seminário de uma tarde, que foi no início do ano, que os professores foram chamados a participar, foi 3 horas só.

Diante do exposto, fica evidente que dois professores iniciaram a formação continuada com a temática diversidade étnico-racial ofertado pela Secretaria de Educação do município de João Pessoa, e não concluíram. Nesse caso, um professor queixa-se da localização e o outro alega ter desistido por problemas pessoais. A terceira professora entrevistada ressalta a questão da disponibilidade de tempo, enfatiza que prioriza os cursos da sua área e que pontua para a carreira. A grande problemática percebida é que o professor acaba limitando suas práticas, pelo fato de escolher a formação continuada na sua área de formação, nesse sentido, encontra dificuldade em desenvolver o trabalho com a temática. Para que o trabalho seja desenvolvido, os professores têm realizado pesquisas individuais, o que caracteriza sua autoformação. Para que seja possível atender a demanda dos cursos de formação continuada, Gomes (2005, p.153) sugere que,

Uma outra proposta de trabalho com a diversidade étnico-racial e que pode ser considerada como uma estratégia de combate ao racismo no interior da escola refere-se à organização de trabalhos conjuntos entre diferentes instituições escolares. Para isso, é necessário realizar um mapeamento das escolas que estejam realizando trabalhos interessantes com a questão racial. Esse mapeamento pode ser desenvolvido pela universidade (um projeto de extensão), pelos centros de formação de professores ou por equipes técnicas da secretaria de educação e divulgado para as escolas. Após esse mapeamento, pode-se promover encontros e trocas de experiências entre os docentes. Para tal, é preciso flexibilizar os tempos escolares (que já está proposto na LDB) e pensar em momentos de participação da comunidade junto com os professores e alunos. Essa mesma estratégia pode ser realizada, numa escala menor, no interior da própria escola.

Por esses aspectos, entende-se que, para garantir a formação continuada para a diversidade étnico-racial dos professores da rede municipal de João Pessoa, é preciso atentar para a oferta dos cursos observando a localização geográfica, mas igualmente, para uma política de formação que priorize tempo de formação na carga horária de trabalho dos professores para que seja possível atender a todos, com materiais pedagógicos adequados.

Para compreender o que os professores sabem sobre as leis 10.639/03 e 11.645/08, foi feita a seguinte pergunta: O que você sabe sobre as leis 10.639/03 e 11.645/08<sup>7</sup>? Os três professores demonstraram conhecimento sobre a lei 10.639/03 e uma professora não mencionou a lei 11.645/08, conforme os depoimentos a seguir:

**Maria:** Bem, pelo que entendo ela versa a respeito de como deve ser trabalhada dentro da escola a temática e da obrigatoriedade de se trabalhar ela, percebendo a importância, não caracterizando, percebendo a importância do negro e do índio dentro da história da construção da nossa cultura como um todo. Dessa forma que deveria ser trabalhado dentro das escolas.

**Pedro:** Uma é sobre a cultura afro e a outra é sobre a cultura indígena. Olha, eu acho até um pouco vergonhosa as leis, certo, porque em um país com uma influência africana e indígena tão grande como o nosso precisar de uma lei para que isso seja tratado em sala de aula, né. Então, a princípio, eu acho a lei extremamente vergonhosa, ela não era para ser necessária, mas ela existe justamente por conta de que nós temos uma educação totalmente eurocêntrica, e aí, como uma maneira forçosa, né, de que esses assuntos fossem tratados em sala de aula. Então, acaba contribuindo sim porque os professores acabam sendo meio que forçados a trabalhar porque esses conteúdos têm que aparecer no currículo por conta da lei, né. E, aí, os professores de alguma forma têm que abordar isso. Eu, na minha prática é um pouco natural entrar nesses assuntos, certo. Então, a lei não me ajudou muito porque para mim já é algo natural discutir isso porque discutir isso é

---

<sup>7</sup> A Lei 11.645/08 estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Educação Básica.

discutir a minha vida, né, porque essas coisas fazem parte da minha história, a influência da cultura afro e indígena tá totalmente em mim.

**Rita:** Eu sei assim, nunca estudei a lei profundamente, né. Eu sei que existe, e que é obrigatório trabalhar, né, e que muitos livros didáticos não têm.

Com as respostas dos professores, nota-se a importância da implementação da Lei 10.639/03 que versa sobre o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, e que altera a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDBEN. Conhecer a legislação vigente e compreender a sua importância no currículo da educação básica, é o primeiro passo para o trabalho com a temática. Portanto estabelece a Lei 9.394/96:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (Brasil, 1996, p. 21). (...) Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (Brasil, 1996, p. 50).

Apesar de ser um tema obrigatório que gera inúmeros debates, deve ser abordado com comprometimento político e de forma consciente para não ficar limitado ao discurso. Dessa forma, é possível romper com o modelo hegemônico implantado no sistema educacional brasileiro.

Ao perguntar o que os professores entendem sobre discriminação étnico-racial, ficou claro que dois professores demonstraram compreender o significado do ato, a outra professora ficou confusa quanto ao termo étnico, mas compreende que a discriminação incorre em ações negativas contra uma determinada raça/etnia.

**Maria:** Eu tenho dificuldade com os termos técnicos utilizados. Então, eu preciso de uma leitura mais aprofundada, mas creio que étnico-racial seria toda discriminação que estivesse ligada a cor da pele, a questão da ética envolvida, né. Seria antiético, seria racista, não sei te dizer com propriedade que os termos eles vão sendo trocados a todo o momento eles vão sendo

mudados, e aí, a gente termina não tendo formação direcionada, e quando a gente tem de repente, às vezes, é tudo tão rápido que alguns nomes a gente termina não sabendo falar com tanta propriedade.

**Pedro:** Geralmente quando a gente pensa de uma forma mais superficial a gente pensa logo numa agressão contra o negro, né. Mas eu acho é muito amplo, certo, tem a questão indígena, tem a questão quando uma pessoa é muito branca, ela também sofre discriminação, uma série de apelidos, de bullying. Então toda agressão referente à cor e a etnia, a questão da cultura que a pessoa traz a partir dessas referências, de raça, então acho que seria o preconceito étnico-racial.

**Rita:** Eu compreendo como você tratar a pessoa diferente das outras por causa da raça dela, não vou falar com você porque você é negra, pra mim isso é uma discriminação, e aí eu falo com outro porque o outro é branco para mim isso já é uma discriminação, mas existem aquelas veladas, né, existem as veladas como eu falei, “ah, fulano passa um creme no teu cabelo, teu cabelo tá muito arrepiado”, essa eu considero como velada, você não diz diretamente que não gosta do cabelo dela porque o cabelo dela é de negro, a gente sabe que o cabelo dela tá muito arrepiado, tá muito ressecado, né?!

Por estas respostas, é possível verificar que os professores tem dificuldade para compreender as definições dos termos. Segundo Valente (1998, apud Lopes, 2005, p. 188), “discriminação racial é atitude ou ação de distinguir, separar as raças, tendo por base idéias preconceituosas”. Pelos aspectos apresentados, compreende-se que para o aluno é difícil distinguir a diferença entre os termos, haja vista que alguns professores sentem a mesma dificuldade.

Ao serem indagados acerca do preconceito étnico-racial, dois professores responderam de acordo com a literatura, e a última entrevistada demonstrou não saber a definição exata, ficou confusa quanto aos termos preconceito étnico-racial e discriminação étnico-racial.

**Maria:** Eu acho que o preconceito é algo preconcebido, né, que você não sabe se não você não conhece você cria toda uma imagem do que foi passado pra ti, você forma uma sem conhecer, a partir daí você tem preconceito com a dança, você tem preconceito com a religião, você não conhece e você já discrimina por coisas que você já ouviu falar, mas de fato você não conhece. E a discriminação eu creio que é a partir do momento em que você tem um ato acho que talvez seja mais infracionário onde você comete um crime, tira alguém de uma atividade, deixa de participar porque ela está lá, ligado à etnia. Não sei se é isso mesmo, mas enfim.

**Pedro:** Ah, o preconceito eu acho que a gente faz desde o princípio de quando a gente é educado, a gente tem alguns padrões, algumas coisas assim que já tá pré determinado de você julgar o outro porque se ele é branco ele é isso, se ele é negro ele é aquilo. Então acho que são padrões que a gente carrega que a gente é educado, né, a ter alguns conceitos preconcebidos sobre aquelas raças e etnias.

**Rita:** Ah, agora você me pegou porque eu não sei realmente. Eu acho que é muito tênue a diferença, mas eu não sei distinguir assim o que é um e o que é outro, não sei sinceramente para mim era a mesma coisa se tem uma diferenciação técnica, escrita em algum lugar, eu não sei sinceramente.

Desse modo, verifica-se que dois professores entendem que o preconceito é a ideia preconcebida acerca de determinado assunto, e que a discriminação é a ação que ocorre acerca desta ideia. Portanto, Valente (1998, apud Lopes, 2005, p. 188) esclarece que, “preconceito racial é ideia preconcebida suspeita de intolerância e aversão de uma raça em relação a outra, sem razão objetiva ou refletida. Normalmente, o preconceito vem acompanhado de uma atitude discriminatória”.

Com base nesta definição, observa-se que é preciso desmistificar as ideias de inferioridade do povo negro e disseminar as contribuições deste segmento étnico-racial. O trabalho para as diversidades deve começar na formação inicial dos professores e prosseguir na formação continuada, com o objetivo de esclarecer possíveis dúvidas e orientar as suas práticas de ensino com a temática racial.

### 3.2. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES PARA A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

Ao perguntar sobre: Como você avalia os atos discriminatórios na escola? Constata-se semelhança nas respostas, embora todos desenvolvam trabalhos de conscientização para as relações étnico-raciais. Os depoimentos a seguir confirmam:

**Maria:** Terríveis! Os atos discriminatórios dentro da escola eles são constantes. Eles são constantes por diversas razões, primeiro porque temos uma mania, às vezes, religiosa que atrapalha [...] Então, eu acredito que faltam alguns trabalhos específicos, onde fale com o grupo como um todo, onde se esclareça vários pontos. E, aí um dos grandes problemas que alguns professores dizem: não, isso é um assunto polêmico, eu não quero me comprometer em relação a isso. Como não! Como você não vai abordar algo que tá aflorando tanta violência dentro da escola. Então, eu acho total absurdo não podemos nos furtar, nos negar.

**Pedro:** Olha, acontece bastante, mas não é só racial, né. Há discriminação também pela questão do gênero, de alguns alunos especiais, né. Que aí acaba num momento ou outro, sofrendo algum tipo de discriminação. Então, eu trabalho em duas escolas municipais, uma delas eu percebo muito mais, assim, essa questão da discriminação do que em outra, aí eu acredito que se dá também pelo trabalho que é desenvolvido em uma das escolas, que eu consigo perceber que a menos discriminação.

**Rita:** Eles são frequentes, eu acho que muitos alunos eles nem tem consciência, às vezes, do que eles falam né. Eu acho que de tanto escutar, no ambiente de casa, na rua, no convívio dele, né. Muitas vezes eles falam e eles nem percebe que, por exemplo, que ele xinga um colega de alguma coisa quando na realidade ele é da mesma etnia, então nem ele tem noção do que ele tá falando com o colega quando na realidade ele fala está agredindo a própria etnia dele, né.

As respostas de dois entrevistados indicam que os atos discriminatórios ocorrem, em alguns casos, em virtude da postura adotada por docentes, pela visão de mundo, pela forma como a temática é trabalhada. Nesse sentido, a escola poderá auxiliar na construção da identidade negra ou reforçar os atos discriminatórios. De acordo com Gomes (2002, p. 39):

A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las.

Assim, o trabalho desenvolvido na escola com a temática da diversidade étnico-racial, é de suma importância para a construção da identidade negra e para a conscientização frente aos casos de discriminação. Uma professora ressalta a dificuldade, de alguns docentes e discentes, em aceitar as religiões de matriz africana na escola. Segundo Silva (2005 p.29), “a imposição de uma só matriz religiosa constitui-se em violência simbólica contra os grupos subordinados, que não têm poder para colocar seus conteúdos e significados culturais nos currículos de ensino das nossas escolas”.

A imposição citada pela autora revela o preconceito existente contra a religião de matriz africana, a escola não pode desenvolver o seu trabalho direcionando suas práticas para uma religião específica. Afinal, o Estado é laico! Logo, a escola deve ser democrática e pluriétnica, com o propósito de atender toda a comunidade escolar. É importante salientar que, durante a observação das atividades desenvolvidas pela professora de Educação Física (Maria), constatou-se que a professora desenvolve práticas antirracistas.

Para identificar a periodicidade do trabalho com a temática, foi feita a pergunta: Com qual frequência você trabalha o tema das relações étnico-raciais? De acordo com os relatos dos três professores, pode-se observar que a discussão sobre a história e cultura afro-brasileira está presente na escola durante o ano letivo, ocorrendo por meio das atividades desenvolvidas e quando é necessário intervir por alguma ação indesejada.



Nesta ótica, para Chagas (2017, p. 84):

Desde a institucionalização da Lei 10.639/2003, os docentes estão desafiados a, na prática cotidiana em sala de aula, pensar e ensinar a história da África e dos povos afrodescendentes numa perspectiva para além da compreensão eurocêntrica de história que geralmente caracteriza o currículo escolar e os livros didáticos.

Por estes esclarecimentos, os professores afirmam que desenvolvem práticas de ensino com a temática, com atividades que estimulam o debate e a reflexão, conforme os depoimentos a seguir:

**Maria:** Diariamente! É diariamente, claro que existe algum período aonde vem algum projeto na escola que se trabalha especificamente alguma coisa. Mas, isso é o tempo todo porque no cotidiano isso passou a ser normal um desrespeitar o outro, passou a ser normal você utilizar de alguma característica do outro pra desqualificá-lo, né. Então o que caracteriza determinado povo serve para que seja uma forma de humilhá-lo, seja o cabelo, seja o nariz, seja a cor da pele, seja a sua religião que é de uma discriminação tremenda, a sua própria dança. Então, todo tempo dentro de escola, não só com os alunos, mas com seus próprios pares. Você tem que tá o tempo todinho estimulando, levando a pensar, a refletir no que tá dizendo, e a mudar o seu comportamento porque você não é obrigado a se vestir igual, a falar igual, a dançar igual, a frequentar os mesmos cultos. Você é obrigado a respeitar!

**Pedro:** Essa discussão tá presente no ano inteiro porque sempre que há alguma oportunidade a gente tem que trabalhar isso, eu lembro que um dia tava na aula, e um aluno discriminou o outro, e aí eu não ia perder a oportunidade, de naquele momento, também trabalhar a questão. Então, sim, tem momentos que são planejados, certo, mas um ano inteiro tem sempre essas oportunidades em que você trabalha, mesmo sem tá programado, a situação força você a trabalhar aquele assunto. Então, você bota de lado o conteúdo que tava trabalhando e vai discutir as relações étnico-raciais.

**Rita:** Independentemente de nota, não é feito um trabalho obrigatório, a escola não exigiu, a escola não exige que a gente trabalhe, não fica ninguém no pé, mas eu acho importante trabalhar, mas não trabalhar assim: Ah, vou trazer aqui uma coisa ou no Dia da Consciência Negra, é o dia de trazer, não! Essa consciência negra dentro da sala tem que ser feita durante o ano inteiro, ela tem que fazer parte, né. Aconteceu lá um caso de preconceito, um caso de bullying, tem que interagir naquele momento, para explicar, tem que fazer parte do seu cotidiano, não pode ser uma atividade pontual pra chegar no Dia da Consciência Negra e dizer: Eu vou apresentar alguma coisa. Eu não gosto de trabalhar assim, se eu for trabalhar então vou pegar alguma coisa da minha disciplina e propor algum trabalho com os alunos para no dia da culminância realmente ser um trabalho produzido com eles.

Vale destacar, ainda, que, apesar da obrigatoriedade da Lei 10.639/03, é preciso que o professor tenha o comprometimento para realizar um trabalho que prime por aspectos que possibilitem relações étnico-sociais positivas.

Para conhecer as práticas de ensino desenvolvidas pelos professores entrevistados, perguntei sobre: Quais recursos você utiliza durante as atividades com a temática das relações raciais? Conforme citado no início desta pesquisa, os professores desenvolvem projetos de forma interdisciplinar durante o ano letivo, e tem como ponto forte a culminância no Dia da Consciência Negra. Estes aspectos ficam evidentes com os relatos a seguir:

**Maria:** Dentro de projeto já trabalhamos em parceria com o professor de história e com a com a professora de Português, fizemos o projeto, utilizamos vídeos que tratavam a questão da cultura da relação da dança, da relação da religião, a relação das músicas com o tempo, as mudanças, àquelas que eram de lutas do empoderamento, de mostrar de fato como os negros se sentiam como “a carne mais barata do Brasil”. Então, trabalhamos peças, trouxemos muitos documentários, né. Então, a partir de tudo isso levar a reflexão e a discussão. Então, não é uma coisa criada só para ser uma dança ali no final, eles dançam, eles cantam, eles fazem, mas eles têm que entender esse processo de construção, esse processo de tanto sofrimento, de tanta luta e que ainda é constante.

**Pedro:** Um eu trabalhei na EJA, que foi aí que eu trabalhei muito mais a questão do preconceito, trabalhei a parte de uma música de Chico César, que o título da música é: “respeite os meus cabelos, brancos”, e com a turma do fundamental II eu trabalhei mais um conceito mesmo da violência, da escravidão, dos escravizados. E trabalhei muito a questão do poema Navio Negreiros, certo, e desenvolvi com eles um teatro a partir do poema Navio Negreiro. Como professor de história a gente não pode deixar de falar da escravidão, mas é claro que eu não me prendo a isso, certo. Eu não fico preso para que o aluno tenha essa visão de que o negro só foi escravo e ponto final, né! Mas aí eu tenho que ressaltar toda a importância dessa população que veio para cá, que não veio porque quis, mas ao chegar aqui contribuíram gigantemente para que o país fosse o que é hoje, né, aí eu trabalho tanto a questão dos heróis, mas eu trabalho também a questão da influência na culinária, a influência na dança, na música, na literatura.

**Rita:** Eu já trabalhei com a professora de educação física o ano retrasado, eu trabalho com música e poesia, né. A gente já trabalhou com música de Nina Simone, uma que eu não lembro o título agora, né. Inclusive fui eu quem trouxe aí eu pedi para o professor de inglês trabalhar a parte de inglês, né, associar já que o original é em inglês e a gente fez uma declamação com os alunos [...] os meninos cantaram a que eles escolheram para cantar, que foi uma de Racionais [...] trabalhei Elza Soares, Criolo, Racionais, Seu Jorge, Jorge Ben Jor, Emicida, eu escolhi uns dez [...] um grupo que escolheu uma propaganda com Karol Conka [...] uma propaganda da Avon porque poderia ser anúncio publicitário [...] que é um batom líquido, só que os batons eram dispostos no pescoço de forma que parecia um colar étnico africano, assim o desafio é você fazer o aluno perceber, não dá a resposta pra ele, aí eu fui fazendo as perguntas pra eles poderem fazer a análise do anúncio, que cores se destacaram, porque se destacavam, qual é a etnia que tava sendo

representada, aí eu fui chegando a questão do cabelo. Mas como era o cabelo dela? Como é que ela se apresentava? A disposição daqueles batons está formando o que? Um colar. É qualquer colar? Que tipo de colar? E aí, uma das alunas negra, depois desse trabalho começou a vim mais com cabelo solto, começou a se aceitar mais, é um trabalho de pertencimento racial porque Carol Conka começou a trazer isso, né. [...] Eu gosto de trazer compositores que sejam negros falando da temática do negro, né, porque aí é uma questão de experiencial realmente, não é um branco falando do negro, é o negro falando dele mesmo.

Por estes relatos fica evidente que, os professores desenvolvem estratégias para realizar suas práticas de ensino mesmo com a escassez de material didático, como citado anteriormente por uma das entrevistadas.

De acordo com Chagas (2017, p. 84):

Logo, em qualquer nível de escolaridade, é possível ao professor/a, a partir de um simples recurso, como uma gravura pertinente à história e a cultura afro-brasileira e africana, trabalhar esses conteúdos, sem necessariamente ter que esperar o preconceito racial se manifestar em sala de aula. Basta que tenha formação, acesso ao material didático adequado e vontade política para reinventar sua prática, assim como a metodologia com que vai abordar esses conteúdos em sala de aula e implementá-lo no currículo escolar.

É importante salientar que, parcerias com o movimento negro e com especialistas na área são fundamentais nesse processo de reconhecimento da história e cultura do povo negro.

Ao indagar sobre os aspectos que favorecem o trabalho com a temática, dois professores reafirmaram a concepção de que o mais importante é a visão que o próprio professor tem acerca da temática, uma vez que ele pode acabar desnaturalizando ou reforçando os atos discriminatórios. A terceira entrevistada enfoca a importância da seleção dos conteúdos dos livros didáticos, pelo fato de que muitos ainda não se adequaram a Lei 10.639/03. Segue o depoimento dos primeiros entrevistados:

**Maria:** É a visão de mundo do professor. Eu acho que nós deveríamos ter mais trabalhos de formação continuada mesmo, sabe pra que as pessoas conseguissem entender, talvez se elas conseguissem entender a história, todo contexto político e social.

**Pedro:** Olha, eu acho que a primeira coisa é você vencer seus próprios preconceitos. (risos) Porque quer queira, quer não, a gente nasceu numa sociedade racista, né. E aí, às vezes, a gente têm algumas práticas que a gente tem que rever. Então, acho que o maior desafio é você. E eu percebo muito isso nos colegas que aí quando você propõe um tema a respeito aí você vê uma certa resistência, embora não esteja explícito, mas você percebe que há resistência, muito porque é ligado a cultura africana, principalmente quando toca na questão religiosa. E é onde realmente a maioria dos

professores tem uma resistência imensa em trabalhar a questão religiosa africana.

Sendo assim, o professor tem papel fundamental neste processo, pela forma como irá conduzir as suas práticas de ensino para a diversidade étnico-racial. Segundo Gomes (2002, p. 39-40):

Sendo entendida como um processo contínuo, construído pelos negros e negras nos vários espaços – institucionais ou não – nos quais circulam, podemos concluir que a identidade negra também é construída durante a trajetória escolar desses sujeitos. Nesse percurso, o negro e a negra deparam-se, na escola, com diferentes olhares sobre o seu pertencimento racial, sobre a sua cultura e a sua história. Muitas vezes esses olhares chocam-se com a sua própria visão e experiência da negritude. Estamos no complexo campo das identidades e das alteridades, das semelhanças e diferenças e, sobretudo, das diversas maneiras como estas são tratadas.

Desta forma, é imprescindível que o professor, como mediador do processo de aprendizagem, seja responsável por um trabalho que ressalte o negro como protagonista dos processos históricos e culturais. Assim, a terceira entrevistada, afirma que:

**Rita:** Eu confesso que, eu ainda não dei uma olhada aqui na biblioteca pra ver o que tem de novo, sei que tem um material específico de história, e de português eu ainda não olhei, mas presente nos livros didáticos a gente não tem praticamente nada, nem compositor, nem de poeta, nada assim relativo, específico a essa temática, não tem. Você pode encontrar esporadicamente, por exemplo, você ver diário, trabalha com diário, aí tem Anne Frank, no livro do sexto ano, tem Anne Frank já poderia ter colocado Carolina Maria de Jesus, que Anne Frank tá muito distante da realidade, né! Então, a lei foi implantada, mas não chegou ainda nos livros didáticos, querendo ou não pra gente que é de escola pública, o acesso que o nosso aluno tem é o livro didático.

De acordo com o depoimento da professora, constata-se a sua preocupação em analisar o material didático, embora a professora deixe claro que é muito raro encontrar a temática nos livros didáticos, o que aponta outro aspecto problemático. Para Silva (2005, p. 22), “o livro didático ainda é, nos dias atuais, um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas, onde, na maioria das vezes, esse livro constitui-se na única fonte de leitura para os alunos oriundos das classes populares”.

Portanto, a professora enfatiza que o livro didático é essencial para realizar o trabalho com a temática por ser um material acessível para os alunos, embora não seja o único recurso. E vai além quando diz que: “a lei foi implantada, mas não chegou ainda nos livros didáticos,

querendo ou não pra gente que é de escola pública, o acesso que o nosso aluno tem é o livro didático”. De fato, é preciso observar os conteúdos dos livros didáticos a serem trabalhados, a fim de aproximar o aluno da sua realidade.

Neste sentido, um dos maiores desafios constatados pelos professores são os atos discriminatórios presentes na escola. Assim, uma das perguntas feitas foi: Qual a sua postura ao presenciar casos de racismo ou discriminação entre discentes? Os professores responderam que é preciso estabelecer o diálogo, e uma professora complementou salientando que em caso de reincidência deve-se adotar uma medida punitiva, conforme depoimento a seguir:

**Maria:** Nas minhas aulas, a gente para, conversa, pergunta ao outro, vamos discutir, vamos conversar, saber o porquê disso. Então, eu acredito que as coisas não têm que varrer para debaixo do tapete não, ou agente encara de frente ou de repente a gente tá reforçando ou tá concordando com o que está acontecendo.

**Pedro:** Olha a primeira coisa que eu faço é confrontar o agressor, certo, e pedir para ele se olhar, certo. E por aí ele vai ter que reconhecer, em algum momento, a influência africana nele, entendeu. Então, assim, na medida em que você tá agredindo o outro você também tá se agredindo porque por ser brasileiro você inevitavelmente, em algum momento da sua história você tem uma influência africana, não tem como escapar disso, certo? Se quiser escapar disso então não nasça brasileiro. (risos) Então, eu sempre procuro fazer com que o aluno perceba isso, que se enxergue como um afrodescendente, mesmo que ele seja branco, entendeu. Eu faço: Não tem nenhum negro na tua família não? Vamos pensar? Eu levo ele a refletir, certo. Que influência? O que é que tu come? O que é que tu dança? Que música que tu escuta? E aí em algum momento, ele revela algum traço da cultura africana nele, aí eu digo olha aí.

**Rita:** A gente interfere no mesmo momento, né. E eu acho que a interferência tem que começar pelo diálogo, pela explicação de que aquilo está errado, de que aquilo não pode acontecer, que todos devem se respeitar e no caso de reincidência a gente tem que tomar outras atitudes, né. Inclusive até punitivas porque tem alunos, acho que nunca aconteceu, mas tem aluno que você explica uma vez, duas, três e ele continua no mesmo erro, então nesse caso tem que ter uma atitude punitiva.

O desafio de combater o racismo na escola é uma missão que segundo Gomes (2002, p.42) “Cabe a nós, educadoras e educadores, a tarefa pedagógica, política e social de desnaturalizar as desigualdades raciais como um dos caminhos para a construção de uma representação positiva sobre o negro e de uma pedagogia da diversidade”. Essa consciência é fundamental para que as práticas de ensino sejam incorporadas durante o ano letivo, na perspectiva da valorização e do respeito às diferenças.

Uma questão importante a ser observada é a forma como estes professores desenvolvem suas práticas de combate ao racismo na escola. Para compreender como é realizado o trabalho frente aos casos de racismo, indaguei: Quais fatores você considera primordiais no combate ao racismo na escola? Seguem abaixo as respostas dos três entrevistados:

**Maria:** É você trabalhar o respeito. Eu acho que primeiro se você trabalha o respeito às diferenças, você aprende desde cedo que as pessoas têm características diferentes. Então, a partir desse primeiro passo você vai respeitar o outro e depois você vai conhecer através do trabalho dentro da escola, do conhecimento mesmo, o que foi feito com o negro, como ele foi tratado, eles não eram escravos, eles se tornaram escravos, que eles foram obrigados a serem, depois as lutas desiguais, que o ponto de partida não é igual, se eles conhecem a questão histórica, se conhece todo esse processo, e toda essa dificuldade de inserir a questão de padrão de beleza que foi imposta e como foi imposta, e conseguir perceber que todos são bonitos cada um tem uma característica diferente, que você pode até ter preferência por determinado tipo de fisionomia, tá, é uma opção sua que isso é muito individual.

**Pedro:** Conhecimento! É como eu te disse na medida em que você faz com o aluno perceba que ele é um afrodescendente, mesmo que ele seja branco, né. Então, eu acho que isso é essencial porque você vai despertando nele uma identidade que ele não conhece. Você vai ajudando a despertar no aluno, e mesmo que às vezes ele não se reconheça, mas aí eu digo assim: Mesmo que você não crie uma identificação com aquilo, é sua obrigação respeitar. Então, conhecimento, educação é essencial, certo. E quando acontece algum ato de discriminação a gente tenta meio que resolver assim: fica na tua, cala a boca, não faça mais isso. Eu não, eu tento enfrentar a situação de forma diferente. Porque que você chamou ele assim? Por que isso aconteceu? Então, eu não tento apaziguar ignorando o que aconteceu, não. Eu tento apaziguar trazendo um debate sobre aquilo, são as minhas estratégias.

**Rita:** Primeiro tem que partir pelo diálogo, pela explicação, pela educação desde o processo educativo, mas infelizmente, às vezes acontecem casos, e casos velados que a pessoa não fala diretamente, mas “ah, sai daqui que tu tá fedendo eu não suporto”, que eles não dizem odores, eles dizem catinga, né, “não suporto essa catinga, isso é catinga de nego”, né. Então, assim, caso realmente houver reincidência tem que se ter atitude punitiva porque infelizmente só educação não surte efeito porque é um processo que não começa na escola às vezes é um processo que tá na casa daquele aluno, mas às vezes a própria mãe é preconceituosa com o filho, a própria mãe não aceita a cor do filho, não aceita o filho. Então, se a criança já vem nesse processo ela vai provavelmente repassar o que ela vivenciou nos processos, o que ela vive nas instâncias familiares, né, de convivência dela. Muitas vezes a gente escuta de um aluno, “a minha própria mãe fala isso comigo”, então ele acha a coisa mais normal do mundo fazer com o colega.

As respostas dos entrevistados reiteram a afirmação de que desenvolvem um trabalho de conscientização que acontece por meio do diálogo e do conhecimento e da reflexão sobre os atos discriminatórios. Diante disso, afirma Gomes (2002, p.39):

É nesse sentido que entendo a identidade negra como uma construção social, histórica e cultural repleta de densidade, de conflitos e de diálogos. Ela implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Um olhar que, quando confrontado com o do outro, volta-se sobre si mesmo, pois só o outro interpela a nossa própria identidade.

Apesar dos fatores sociais interferirem no processo, como afirma a terceira entrevistada, os professores incluem em suas práticas atividades com a temática da diversidade étnico-racial. Estes fatores dizem respeito aos conhecimentos prévios de cada indivíduo que são ampliados com os conhecimentos adquiridos na escola, por meio do trabalho desenvolvido pelos educadores na construção da identidade dos sujeitos. Assim, os alunos podem reconhecer a sua ancestralidade e compreender o seu pertencimento racial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido foi acompanhado *in loco* por meio do estágio supervisionado do magistério no Ensino Fundamental II, que resultou neste trabalho de conclusão de curso. Pelas vivências partilhadas, consegui identificar que os professores trabalham de acordo com o proposto pela Lei 10.639/03.

As perguntas da pesquisa foram formuladas com a intenção de contribuir com a formação inicial de professores e a todos que queiram compreender como ocorrem práticas exitosas do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de professores da rede municipal de ensino de João Pessoa-PB.

A questão da formação continuada para professores foi um tema que gerou uma forte discussão, os professores demonstraram grande interesse em participar do curso ofertado pelo município de João Pessoa, que acontece na Escola Municipal Antônia do Socorro da Silva Machado, localizada em uma comunidade quilombola, em Paratibe. Mas, diante da localização geográfica e do dia e horários em que o curso é disponibilizado, os professores alegaram dificuldade quanto à mobilidade e permanência no mesmo. A escassez de tempo também foi outro fator que, segundo os docentes, acarretou na escolha de cursos voltados para a sua área de formação, e que, por uma questão de otimização de tempo, poderiam ser realizados na escola. Outra preocupação foi com os livros didáticos selecionados para o ano letivo, pelo fato de não abordarem a temática conforme indicado.

Apesar das dificuldades relatadas pelos professores, verifica-se o engajamento destes profissionais no desenvolvimento de suas práticas de ensino com a temática. Conforme as estratégias desenvolvidas para realizar o trabalho de inserção da temática na sala de aula, bem como o compromisso frente às adversidades que surgem no cotidiano, sendo perceptível que o exercício docente se estabelece pela relação que os educadores desenvolvem com seus alunos e com seus pares. Nessa perspectiva, fica evidenciado, nos depoimentos, que os professores buscam realizar suas práticas conforme as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, na tentativa de inovar suas práticas em sala de aula. Assim, o que se observa é o comprometimento político, social e pedagógico destes educadores.

Este estudo foi de suma importância para a minha formação inicial em Pedagogia, pela oportunidade de compreender como os professores lidam com os atos discriminatórios em sala de aula, e como desenvolvem as suas práticas de ensino para as diversidades étnico-raciais.



Em face dos problemas constatados no ambiente escolar, vale destacar que a formação continuada de professores ofertada pelo município de João Pessoa precisa ser avaliada quanto às questões essenciais para a permanência dos docentes no curso. Por outro lado, é de extrema importância que a escola promova debates não só com o corpo discente, mas igualmente, com o corpo docente acerca da temática. Por fim, a seleção dos livros didáticos também deve priorizar o protagonismo negro, para que os professores possam desenvolver suas práticas para a diversidade étnico-racial.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 8.752, de 09 de maio de 2016. **Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.** . Presidência da República. Brasília, p. 01-07, maio. 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm)>. Acesso em: 22 jun. 2018.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico - Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro - Brasileiro e Africano.** Brasília: MEC - SECADI/SEPPIR /INEP, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf> Acesso em: 13 abr. 2018.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/** Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file> Acesso em: 16 abr. 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da Igualdade Racial.** Brasília, 2003. Disponível em:<[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pop\\_negra/estatuto\\_racial.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pop_negra/estatuto_racial.pdf)>. Acesso em: 12 mai. 2018.

BRASIL. (1996). Lei 9.394, de 24/12/1996: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: Ministério da Educação.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 10.639 de 9 de janeiro de 2003.** Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 22 mar. set. 2017.

CERVO, A.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia Científica.** 6.ed.. São Paulo: Pearson, 2006.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica da Paraíba. Educ. Real.,** Porto Alegre , v. 42, n. 1, p. 79-98, mar. 2017 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S217562362017000100079&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217562362017000100079&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 12 maio 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623661125>.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes: O Legado da Raça Branca,** Vol. I. 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2008. (1ª Ed. 1965)

GOMES, Nilma Lino. **A Questão Racial na Escola: Desafios Colocados Pela Implementação da Lei 10.639/03.** In: Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas / Antônio Flavio Moreira, Vera Maria Candau (orgs.). 7. ed. -Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_, Nilma Lino. **Educação e Identidade Negra.** Aletria: Revista de Estudos de Literatura, [S.l.], v. 9, p. 38-47, dez. 2002. ISSN 2317-2096. Disponível em:

<<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1296>>. Acesso em: 30 mar. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.17851/2317-2096.9.0.38-47>.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. **As novas formas de expressão do preconceito e do racismo**. Estud. psicol. (Natal), Natal, v. 9, n. 3, p. 401-411, Dec. 2004. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413294X2004000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2004000300002&lng=en&nrm=iso)>. Access on 12 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413294X2004000300002>.

LOPES, Véra Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação. In: KABENGELE, Munanga (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2ª. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 185-204.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MUNANGA, Kabengele. **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação- PENESB-RJ, 5 nov. 2003. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/Geraaufms/uma-abordagem-conceitual-das-noes-de-raca-racismo>. Acesso em: 19 set. 2017.

SILVA, Ana Célia da. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: KABENGELE, Munanga (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 2ª. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 21-37.

## **APÊNDICE**

### **ENTREVISTA**

#### **Roteiro da entrevista com os Docentes**

- 1) Como você se autodeclara no campo raça/etnia?
- 2) Como você avalia os atos discriminatórios na escola?
- 3) Quais cursos com a temática negra você participou durante o exercício da profissão?
- 4) O que você sabe sobre as leis 10.639/03 e 11.645/08?
- 5) Com qual frequência você trabalha o tema das relações étnico-raciais?
- 6) Quais recursos você utiliza durante as atividades para com a temática das relações raciais?
- 7) Quais aspectos você considera importante para a melhoria do trabalho com a temática relações étnico-raciais na escola?
- 8) Qual a sua postura ao presenciar casos de racismo ou discriminação entre discentes?
- 9) Quais fatores você considera primordiais no combate ao racismo na escola?
- 10) O que você entende por discriminação étnico-racial?
- 11) O que você entende por preconceito étnico-racial?